

Porto Alegre, 6 de outubro de 2025.

Informação nº

2347/2025

Interessado:

Município de Três Passos/RS - Poder Executivo.

Consulente:

Caroline Zug, Diretora de Leis.

Destinatário:

Prefeito Municipal.

Consultores:

Brunno Bossle e Armando Moutinho Perin.

Ementa:

Análise jurídica acerca da viabilidade de proposição, de autoria do Poder Executivo que "Dispõe sobre o Programa Municipal de Incentivo à Biosseguridade na Suinocultura no Município de Três

Passos e dá outras providências".

Por meio da consulta escrita, registrada sob nº 58.547/2025, é solicitada análise do Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, para instituir o Programa de Biosseguridade na Suinocultura no âmbito municipal.

Passamos a considerar.

Da análise da competência para legislar sobre a matéria.

1.1 Incialmente, cumpre referir que o art. 30, I e II, da Constituição Federal, dispõe que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, bem como naquilo que for pertinente, suplementar a legislação federal e estadual. E, ainda, o art. 150, § 6°, da Constituição Federal, preceitua que qualquer subsídio ou isenção somente poderá ser instituído com lei específica, federal, estadual ou municipal.

- 1.2 No mesmo sentido, os arts. 169 e 170, ambos da Lei Orgânica, dispõem que o Município planejará e executará políticas voltadas para a agricultura e o abastecimento, e que tais políticas tem como objetivo o desenvolvimento social, o bem-estar, entre outros.
- 1.3 Da análise do texto projetado, se constata que visa, no âmbito local, viabilizar aos produtores de suínos a adequação às disposições legais federais e estaduais relacionados com a biossegurança na suinocultura.
- 1.4 Desta forma, em relação a matéria, o projeto de lei está inserido na competência municipal.
- 2. Da inciativa do projeto de lei.
- 2.1 O projeto de lei tem origem no Poder Executivo e tem como objetivo a concessão de incentivos aos produtores de suíno sediados no Município.
- Os referidos incentivos estão previstos de duas maneiras, a saber: a concessão de 15 (quinze) horas/máquinas destinadas às obras e serviços de adequação a biosseguridade nas granjas de suínos, e a concessão de 700 (setecentas) URM por ano, pelo período máximo de 6 (seis) anos, como forma também de auxílio para que os produtores se adequem a legislação vigente sobre a matéria da biosseguridade na suinocultura.
- 2.3 Tais medidas decorrem dos ditames da Instrução Normativa DSA nº 10/2023, da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio Grande do Sul, a qual traz as disposições referentes a biossegurança na suinocultura, que devem estar implementadas até o ano de 2026. Esta normativa decorre da Lei Estadual n.º

13.467/2015, que dispõe sobre a adoção de medidas de defesa sanitária, e de instruções do Ministério da Agricultura e Pecuária e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

Neste sentido, tendo em vista que conforme referido na justificativa da proposição, a suinocultura é uma das principais atividades econômicas do Município, compete ao poder público viabilizar meios de auxiliar os produtores para que estejam adequados às normas que condicionam a exploração da atividade, para se manterem aptos à sua execução, contribuindo para a economia do Município.

2.5 Desta forma, a iniciativa do projeto de lei em análise está adequada, vez que cabe ao Poder Executivo contribuir com a manutonção das atividades econômicas de interesse do Município.

Dos reflexos financeiros da proposição.

- 3.1 Conforme referido no item 2.2, o projeto de lei tem como objetivo conceder incentivos aos produtores de suinos, para adequação às normativas que regem a biossegurança na suinocultura, com as ações necessárias para tal adequação, respeitado o prazo para que os produtores estejam com suas granjas de acordo com as diretrizes da legislação vigente.
- 3.2 Sendo assim, o programa que se pretende instituir trata da concessão de incentivos que acarretarão aumento da despesa do Município, fato este que atrai a incidência das normas relacionadas a responsabilidade fiscal.
- 3.3. Neste sentido, o art. 16 da Lei Complementar n.º 101/2000 dispõe que a criação de ação governamental que acarrete aumento da despesa será

acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Ainda, o §2º do referido art. 16 estabelece que a estimativa de impacto orçamentário-financeiro deverá estar instruída com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

- 3.4 Igualmente, o art. 113 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias regra que projeto de lei que criar despesa deverá ser instruído com estimativa de impacto orçamentário.
- No âmbito local, tal determinação resta prevista no art. 62 da Lei Municipal nº 6.099/2024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2025.
- 3.6 Dos documentos que instruíram a consulta, não se identificamos a presença dos estudos acima indicados, cuja existência é necessária para viabilidade da proposição. Nesse sentido, inclusive, é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado, a saber:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO. LEI MUNICIPAL N. 2 .340/20 QUE INSTITUIU A REDUÇÃO DOS VALORES DAS HORAS-MÁQUINAS. AUSÊNCIA DE ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE. MOTIVAÇÃO E DA RAZOABILIDADE. O Supremo Tribunal Federal expressou compreensão no sentido de que: "a Constituição de 1988 admite a iniciativa parlamentar na instauração do processo legislativo em tema de direito tributário. A iniciativa reservada por constituir matéria de direito estrito não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e

inequívoca". Todavia, esse mesmo sodalício, em tema de concessão de benefício fiscal, firmou entendimento no sentido de que: "a Emenda Constitucional 95/2016, por meio da nova redação do art. 113 do ADCT, estabeleceu requisito adicional para a validade formal de leis que criem despesas ou concedam benefícios fiscais, requisitos esses que, por expressar medida indispensável para o equilíbrio da atividade financeira do Estado, dirige-se a todos os níveis federativos" (ADI n. 5 .816/RO, rel. Min. Alexandre de Morais). Na espécie, a Câmara de Vereadores ao promulgar a Lei Municipal n . 2.340/2020, sem qualquer estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, o que reconhece nas informações prestadas a esse juízo, vulnerou expressamente disposição contida no art. 113 do ADCT: "a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro". Por outro lado, a não obediência à igual disposição contida no art . 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (a concessão de benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro), coloca em risco o equilíbrio entre receitas e despesas, implicando violação do princípio da legalidade, da razoabilidade e da motivação que deve nortear o ato dos Poderes do Estado e do Município, na forma do art. 19 da Constituição Estadual. Entendimento pacificado no âmbito deste Tribunal. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (TJ-RS - Direta de Inconstitucionalidade: 70084795731 PORTO ALÈGRE, Relator: Marco Aurélio Heinz, Data de Julgamento: 16/04/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 26/04/2021).

3.8 Desta forma, orienta-se que seja confirmada a existência dos documentos referidos nos itens 3.3 e 3.4.

4. Da legística do projeto de lei.

- 4.1 A Lei Complementar nº 95/1998 disciplina a elaboração e redação das leis, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal e neste sentido, passa-se a analisar a redação do projeto de lei apresentado.
- 4.2. No caso, pensamos deva ser corrigida a numeração dos artigos, ante a ausência do art. 6º na proposição.

5. Conclusões.

5.1 Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade do Projeto de Lei, desde que demonstrada sua instrução com os respectivos elementos determinados pela legislação vigente, conforme consta nos itens 3.3 e 3.4, e a adequação no texto proposto, como mencionado no item 4.2.

É a informação

Documento assinado eletronicamente Brunno Bossle OAB/RS nº 92.802

Documento assinado eletronicamente Armando Moutinho Perin OAB/RS nº 41.960



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme o art. 1°, § 2°, inciso II, da Lei Federal nº 11.419/2006, de 19/12/2006. Para conferência do conteúdo, acesse, o endereço www.pauseperin.adv.br/verificador.php ou via QR Code e digite o número verificador: 964899922682138494

